

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.419 - GO (2019/0290346-5)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : K F DOS S  
**ADVOGADO** : TIAGO COELHO CAVALCANTE RIBEIRO - GO035477  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52/STJ. PERDA DO OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* conhecido em parte e, nessa extensão, prejudicado.

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **K F dos S** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás no julgamento do HC n. 241718-74.2017.8.09.0000, nos termos da seguinte ementa (fl. 228):

*HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. PENDÊNCIA DE RECURSO APELATÓRIO. VIA DE MAIOR ABRANGÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. ENCARCERAMENTO POR NOVO TÍTULO.

1) Embora não exista óbice à impetração de *habeas corpus* concomitante à interposição de apelação, o pleito de alteração de regime prisional deve ficar reservado ao julgamento deste recurso, de rito mais amplo e abrangente, que privilegia o contraditório.

2) Conforme orientação desta Corte, ocorrendo a superveniência de sentença penal condenatória, mantendo enclausurado o paciente, título diverso do questionado na ação mandamental, durante o seu curso, impõe-se a denegação da ordem. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que, por fatos datados de 31/10/2016, o recorrente foi denunciado como incurso no art. 217-A, *caput*, c/c o art. 226, II, do Código Penal (Processo n. 201700054710, da 2ª Vara Criminal da comarca de Aparecida de Goiânia/GO).

Encerrada a instrução, na data de 3/8/2017, o recorrente restou condenado à pena de 13 anos e 6 meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, sendo-lhe vedado o direito de apelar em liberdade.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Neste Tribunal Superior, o recorrente sustenta, em síntese, ausência de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, bem como de fundamentação idônea a amparar a manutenção da custódia cautelar, reputando não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega ilegalidade no procedimento de oitiva da vítima e excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial.

Requer, assim, o provimento do recurso a fim de que seja revogada a prisão preventiva decretada em seu desfavor, com a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Pugna, ainda, pela intimação, em tempo hábil, da inclusão em mesa para julgamento deste feito, ante o interesse em se proferir sustentação oral (fl. 258).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou nos termos desta ementa (fl. 275):

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NEGATIVA DE AUTORIA E AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA. MATÉRIAS QUE DEMANDAM O EXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO, INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO *HABEAS CORPUS*. QUESTÃO ENFRENTADA NO HC N. 407.638, IMPETRADO EM FAVOR DO PACIENTE. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM, APÓS NOVO TÍTULO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Conforme consulta realizada no portal oficial do Tribunal local na internet, o recurso de apelação interposto em favor do recorrente ainda não foi julgado.

É o relatório.

O presente recurso não merece ser conhecido.

Inicialmente, cabe ressaltar que, na via eleita, não há como se discutir a negativa de autoria, pois demandaria o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório que compõe o processo principal. O envolvimento ou não do agente no delito que lhe é imputado é matéria cuja análise é reservada à ação penal, bastando, para

# Superior Tribunal de Justiça

justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, *in casu*, aconteceu, tanto que o recorrente foi condenado.

Quanto as teses de ilegalidade na oitiva da vítima e ausência de fundamentação idônea a amparar a manutenção da custódia cautelar, verifica-se que as matérias não foram examinadas pelo tribunal de origem no *writ* originário impetrado em 9/10/2017, sob o argumento de que foi interposto recurso específico no qual seria analisado as pretensões defensivas.

Assim, enquanto pendente de julgamento o recurso de apelação pelo tribunal de origem, inadmissível supressão de instância.

Ainda que assim não fosse, verifica-se que o Juízo primevo decretou a prisão preventiva do recorrente, nos seguintes termos (fls. 74/75 – grifo nosso):

**17. No caso em tela, não restam dúvidas quanto à gravidade da conduta perpetrada pelo imputado que dentro do ambiente familiar, haja vista que convivia com a tia da vítima, abusou sexualmente da criança de forma covarde arдил.**

**Por conseguinte, o suposto delito foi cometido no seio familiar, sendo que as testemunhas guardam parentesco com o acusado, motivo pelo qual mantê-lo em liberdade, poderá interferir na boa colheita das provas, até porque não há informações nos autos se a tia da ofendida terminou o relacionamento com o mesmo.**

**Trata-se de crime assaz grave, praticado em desfavor de uma menor com 07 (sete) anos de idade, buscando o denunciado satisfazer sua libido pelo caminho mais fácil.**

18. Desse modo, a prisão do acusado em comento é medida que se impõe para a garantia da ordem pública. A propósito, no Informativo STF nº 469, de 28 de maio a 1º de junho de 2007, o distinto Relator Min. Gilmar Mendes pontuou três características principais para configurar a garantia da ordem pública, quais sejam: a) necessidade de resguardar a integridade física ou psíquica do paciente ou de terceiros; b) objetivo de impedir a reiteração das práticas criminosas, desde que lastreado elementos concretos expostos fundamentadamente no decreto de custódia cautelar; e c) para assegurar a credibilidade das instituições públicas, em especial o Poder Judiciário (original sem destaque).

19. Quanto à necessidade de se garantir a instrução criminal entendo que a prisão de K F dos S é decretada em razão de perturbação ao regular desenvolvimento da relação jurídico-processual, visando impedir que os agentes perturbem e impeçam a produção de provas, ameaçando testemunhas, apagando vestígios do crime, destruindo documentos etc. Evidente aqui o *periculum libertatis*, pois não será alcançada a verdade real se o acusado permanecer solto até o final do procedimento.

20. Fundamenta-se a necessidade de manutenção do (s) acusado(s) no cárcere em que se encontra(m) visando a conveniência da instrução criminal e da garantia de aplicação da lei penal, porque não comprovou o exercício de atividade laboral lícita antes de sua segregação, bem como residência fixa no distrito da culpa,

# Superior Tribunal de Justiça

uma vez que nenhum documento foi acostado ao feito neste sentido, não sendo, por isso, inapropriado recluir que em liberdade, o(s) mesmo(s) poderá se homiziar para impedir a aplicação da lei penal ou ser estimulados à prática de delitos idênticos.

21. Com efeito, constato ainda a satisfação dos pressupostos para o decreto de prisão preventiva, quais sejam, a prova da materialidade e a existência de indícios de autoria, consubstanciados no presente inquérito policial e nas declarações prestadas pelos agentes policiais e pela vítima apontando o autuado como o responsável pela prática do crime mencionado supra (*fumus commissi delicti*).

22. No caso *sub judice*, vergando-me ao acervo probatório carreado ao feito e em consonância com o sistema normativo processual penal pátrio, resta demonstrado de forma limpa e translúcida nos autos as circunstâncias que autorizam a outorga requestada.

Na sentença, o Juiz negou ao recorrente o direito de apelar em liberdade nesses termos (fl. 173 – grifo nosso):

99. Subsumindo minha conduta aos ditames transcritos no § 1º do artigo 387 do sistema normativo processual penal em vigor, não tenho como revogar a prisão cautelar do ora sentenciado para restitui-lhe o *ius libertatis*, já que:

- a) K F dos S fora preso preventivamente no início do envolver procedimental, sem que desaparecessem os motivos justificadores da medida dessegregatória;
- b) o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade imposto nesta sentença é o inicialmente fechado;
- c) encontra-se condenado em conduta hedionda.

Nesse diapasão, mantenho o sentenciado preso, forte no disposto nos artigos 312 e 387, §1º, ambos do sistema jurídico processual penal vigente, e artigo 2º, inciso II, § 1º da Lei de Crimes Hediondos, para assegurar a aplicação da lei penal e tendo em vista que as medidas cautelares descaracterizadoras se revelam inadequadas e insuficientes no procedimento em testilha.

Deste modo, como se vê, a segregação provisória encontra-se devidamente motivada, na gravidade concreta da conduta e na periculosidade social do recorrente, o qual é acusado de haver praticado o delito em ambiente familiar, uma vez que convivia com a tia da vítima e teria abusado sexualmente da ofendida, que contava, à época dos fatos com 7 anos de idade.

Além disso, *a medida constritiva é reforçada também pela necessidade de salvaguardar a integridade física e psicológica da vítima, porquanto a relação familiar aumenta a probabilidade da reiteração delitiva* (HC n. 526.241/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 24/9/2019).

Merecendo consignar ainda que *a orientação pacificada nesta Corte*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Superior é no sentido de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a preventiva (RHC n. 107.566/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 9/4/2019).*

Por fim, quanto à tese de excesso de prazo, evidenciado que já há sentença condenatória, incide a Súmula 52 desta Corte.

Pelo exposto, **conheço em parte** do recurso e, nessa parte, **julgo-o prejudicado**.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator